

Ganância, Ignorância e Equidade segundo Lonergan

MENDO CASTRO HENRIQUES

A ciência económica estuda um sistema de acontecimentos inter-relacionados que dependem da ação de indivíduos que se comportam de forma competitiva e cooperativa, enquanto produzem, distribuem e consomem bens e serviços escassos. Explicar as relações entre essas variáveis tem dois requisitos: o uso de funções matemáticas para quantificar a relação entre dados observados na experiência e generalizados mediante conceitos como produção, consumo, investimento, mercado, renda, dinheiro, redistribuição, etc.; e uma filosofia da ação humana que explique como os agentes económicos fazem escolhas e elegem os valores que determinam comportamentos. A economia política do século XIX cumpria este segundo papel, enquanto a ciência económica do século XX respondeu de modo notável ao primeiro requisito.

Na introdução da sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, Keynes debate uma objeção de que só inteligências superiores seriam capazes de compreender os teoremas da ciência económica moderna. Deixando a resposta em suspenso, afirma que se os políticos, banqueiros e empresários não entendem a ciência económica, correm para a sua perda e arrastam-nos, pois são eles quem governam. Por outro lado, pode sustentar-se que os conceitos económicos são relativamente simples; a simplicidade é mesmo da sua natureza pois abrangem os interesses mais elementares da humanidade. As exposições dos economistas evidenciam esta simplicidade nas exemplificações que, muitas vezes, constituem o próprio conteúdo dos conceitos. A complexidade das exposições e teorias económicas, portanto, é quase sempre o resultado de uma incerteza quanto aos pressupostos sobre a ação humana.

É por querer refundar a ciência económica, na esteira de grandes filósofos da economia como Smith, Mill, Marx, Schumpeter e Keynes, que se torna incontornável a obra de Bernard Lonergan. No capítulo inicial da sua obra *Por uma Nova Economia Política*, intitulado: “Porquê? O quê? Como?”, afirma que qualquer ciência se desenvolve sempre em direção a

generalizações cada vez mais amplas e acrescenta: “*Não podemos contar com a antiga economia política: era democrática, com certeza, mas revelou-se errada. E não podemos confiar na nova economia: é verdadeira, mas não podemos resolver os problemas reais, eliminando a democracia. Precisamos de uma nova economia política, livre dos erros da antiga economia e democrática, porque pode fornecer imperativos práticos para as pessoas comuns.*”¹ E conclui: “*Acreditamos que mediante uma generalização científica da economia política antiga e da economia moderna, obteremos a nova economia política de que precisamos.*”²

Esta afirmação lonerganiana parece demasiado ambiciosa e generalista na crise presente. O quadro do Ocidente é sombrio. Bolhas especulativas dos derivados, bolhas dos imobiliários, crise das dívidas soberanas, das empresas e das famílias, desemprego, redução de salários e pensões, crise de liquidez, resgates de bancos “grandes demais para falir”, fusões não-competitivas de empresas. Perante este cenário, a primeira reação é indicar a ganância como a raiz dos males presentes. Mas este cenário sombrio e a sugestão de que os impulsos humanos tudo controlam, e a convicção que as recessões – e mesmo as expansões – são a contrapartida desses impulsos, ou “espíritos animais” não dizem toda a verdade.

Bernard Lonergan discordaria que o problema atual resulte só de uma crise de valores; resulta também de uma crise de conhecimento, e por isso, a solução exige novos paradigmas. Em 1980, ao apontar a equidade como o principal valor económico, descreveu o modelo de espiral recessiva e de crise a que assistimos desde 2008: “*Com a equidade, a expansão de bens de consumo deveria visar o aumento do padrão de vida de toda uma sociedade. Se isso não sucede, não é por causa da ganância, como dizem os moralistas: a causa principal é a ignorância. ... Quando as pessoas não entendem o que sucede nem o porquê, não se pode esperar que atuem de modo inteligente. Quando a inteligência fica em branco, vem ao de cima a primeira lei da natureza que é a autopreservação. Não é principalmente a ganância, mas sim os esforços frenéticos de autopreservação que transformam a recessão em depressão, e a depressão em crash*”³.

Desde 2008, as economias norte-americana e europeia estão em recessão e a caminho da depressão.⁴ As causas têm sido apontadas. Começam nas

¹ Bernard Lonergan, (1998) *For a new political economy*, University of Toronto Press, cap. 1. Sec. 1, p. 27.

² Ibid. cap. 1. Sec. 2, p. 28.

³ Bernard Lonergan, (1999) *Macroeconomic dynamics: an essay in circulation analysis*, University of Toronto Press, p. 82.

⁴ Nota do Pontifício Conselho «Justiça e Paz» (2011) *A partir dos anos 90 do século passado releva-se, ao contrário, como a moeda e os títulos de crédito a nível global aumentaram em*

más escolhas dos políticos que governam ou que são instrumentalizados pelos mercados financeiros. As medidas tomadas ainda não chegaram à raiz dos problemas. E as convulsões económicas arrastam drásticas consequências políticas sobretudo quando as conceções económicas são enviesadas por interesses corporativos. Houve e continua a haver demasiados casos de ganância e muitos casos de crime, alguns já julgados em tribunais, como nos EUA e na Islândia; outros, relacionados com tráficos e branqueamento de capitais em *offshores* e paraísos fiscais, ainda por julgar.⁵

Lonergan confronta a suposta racionalidade do *homo economicus* com as exigências da economia equitativa. Estes debates entre valores éticos e económicos exigem uma filosofia aplicada. Por exemplo, a propriedade privada pode ser invocada para incentivar as pessoas a terem casa própria. Mas a economia real – bancos, construção civil, governos – incentivou esta aspiração de modo tão irresponsável em países como os EUA, Holanda, Espanha e Portugal, que criou a “bolha imobiliária”, uma das causas da presente crise. De que vale defender o valor “ético” “propriedade privada” se o modo “económico” como é promovida leva ao desastre? Para serem eficazes, os princípios morais necessitam de especificações económicas. Para serem verdadeiros, os princípios económicos têm de incorporar o desenvolvimento humano. Os nossos ideais sobre salário mínimo, segurança social, e lucro justo têm de lidar com constrangimentos económicos. Por isso, as mudanças económicas não dependem de ideologias, mas do que é económica e politicamente exequível em um sistema dinâmico.⁶

Enquanto ensinava a tempo inteiro como filósofo e teólogo, Lonergan investigou os processos económicos nos seus “tempo livres” em 1930-1944,

medida muito mais rápida do que a produção da renda, também com os preços aplicados. Daqui derivou a formação de bolsas excessivas de liquidez e de bolhas especulativas que depois se transformaram numa série de crises de liquidez e de confiança que se propagaram e se sucederam ao longo dos anos. Cf. A. Alesina, N. Roubini, G. Cohen, (1997) Political cycles and the Macroeconomy Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

⁵ Thomas Piketty, *Capital au XXIe siècle*, Paris, Du Seuil, 2013; P. C. Roberts, *The failure of Laissez-faire Capitalism*, Atwell Publishing, 2013; Denninger Karl *Leverage: How Cheap Money Will Destroy the World*, NY, Wiley; 2011; Sheldon S. Wolin *Democracy Incorporated: Managed Democracy and the Specter of Inverted Totalitarianism*, Princeton, Princeton University Press 2010; Nouriel Roubini, *Crisis Economics: A Crash Course in the Future of Finance*, Penguin, 2011; Matt Taibbi, *Griftopia: A Story of Bankers, Politicians, and the Most Audacious Power Grab in American History*, NY, Spiegel & Grau; 2011; G. Soros, (2008) *The New paradigm for financial markets: the credit crisis of 2008 and what it means*, London Public Affairs Ltd.

⁶ Bernard Lonergan, (1998) *For a new political economy*, University of Toronto Press, p. 74.

e 1970-1984. Leu Schumpeter e Hayek, Keynes, Kalecki e Walras e outros a fim de criar uma nova economia política. As principais variáveis estudadas foram o investimento e o consumo na produção, a distribuição de renda, preços comparados e teoria do dinheiro, fluxos e circuitos monetários, governos e economia, comércio internacional e moeda. Estas variáveis estão relacionadas em esquemas de recorrência, ciclos, processos, teorizados pela econometria. Mas o funcionamento dos esquemas depende de escolhas pessoais. Segundo Lonergan, a incompreensão dos esquemas de recorrência ou a falta de adaptação às suas necessidades – revelada na ganância e outros comportamentos imorais – explica os altos e baixos da economia. O objetivo da “nova economia política” é injetar intelecções nos esquemas de recorrência, de modo a produzir com eficácia e distribuir com equidade.

A economia tem períodos de crescimento, às vezes explosivos, e outros de recessão, por vezes brutais. Segundo Lonergan o ideal de equilíbrio do desenvolvimento económico seria conseguir que o ciclo económico formas-se uma curva sigmoide. Se o ciclo de crescimentos e recessões fosse suavizado em uma onda dessa forma, talvez todos pudéssemos ganhar. O ciclo puro é esse ideal de desenvolvimento económico sem as crises dos ciclos económicos concretos. Mas o que sucede, segundo as curvas de Kuznets, é que um país, à medida que cresce, vê aumentar a incidência de efeitos negativos. A desigualdade de rendas tende a subir e a agitação social tem efeitos políticos. Contudo, o desenvolvimento não induz necessariamente uma curva de Kuznets: pode trazer desastres tirânicos (Coreia do Norte, Cuba) ou as proezas dos tigres asiáticos (Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul, e Taiwan)⁷

A nova economia política de Lonergan acentua o papel central da produção. Em qualquer economia, podemos começar por considerar que existem dois circuitos ou mercados separados – bens de consumo e bens de produção. Ao primeiro chama circuito básico, ao segundo o circuito de mais-valia. Os gastos com investimentos produzem equipamentos, máquinas, bancos, hospitais, escolas, armamento e entretenimento, etc. Os gastos de consumo criam a procura de bens e serviços exigidos pelo padrão de vida adotado: comida, habitação, transporte, educação, lazer. Por exemplo, criar um banco é despesa de investimento; mas usar os seus serviços financeiros é um gasto de consumo; implantar uma escola é investimento; querer educação é consumo. Desde que exista moeda, passa a haver um terceiro circuito – ou mercado financeiro – que interage com os demais. A distinção não é linear.

⁷ James A. Robinson (Harvard) e Daron Acemoglu (MIT) “The Political Economy of the Kuznets Curve” em *Review of Development Economics* 6 (2002): 183–203.

Por exemplo, no negócio do imobiliário, a venda de casas é uma operação redistributiva, enquanto as operações de empréstimos para casas são, em parte, redistributivas e parcialmente pagamentos de serviços que fazem parte do circuito básico. Esta conjugação dos três mercados – a superar a noção clássica de mercado único – é expressa no famoso diagrama de *baseball* que Lonergan utiliza para calcular os fluxos financeiros na produção, consumo e redistribuição, sejam públicos ou privados.⁸

Padrões ou estilos de vida é outro conceito central na nova economia. Os estilos dependem do que ganhamos quando produzimos as infraestruturas necessárias e os bens de consumo, serviços e lazeres que escolhemos. A maioria das pessoas gasta os rendimentos em consumo. O economista Michael Kalecki escreveu que a diferença fundamental entre um assalariado e um empresário é “que o assalariado gasta o que ganha e o empresário ganha o que gasta”.⁹ As economias são sistemas em mudança que se expandem quando há inovação e quando cresce o número de pessoas que produz e consome. A evolução demográfica das nações é um dado a ter em conta, a par das inovações tecnológicas e dos investimentos.

A distinção entre investimento e consumo chama a atenção para as mudanças cruciais na despesa para que haja crescimento económico. O desenvolvimento resulta de retirarmos tempo à tarefa básica do padrão de consumo para dedicarmos tempo a uma tecnologia. O caçador primitivo faz uma pausa para polir as pontas de sílex e caçar melhor. O agricultor cria um melhor arado para as suas sementeiras. A revolução industrial desenvolveu máquinas ferramentas que produziram eletrodomésticos, automóveis, aviões, computadores.

Quando predomina a produção de bens de mais-valia, a economia precisa de mais poupança e investimento. As empresas estão sôfregas de dinheiro que têm de ir buscar aos bancos, às bolsas, aos investimentos estrangeiros. A distribuição de rendimento torna-se menos igualitária. A poupança e o investimento podem ser incentivados mediante políticas governamentais. Na economia pós-industrial, já com equipamentos, gente qualificada, e sem ameaça de guerra, é maior a proporção de riqueza que pode ser consumida e o padrão de vida das pessoas torna-se mais “consumista” ou materialista”. O Estado redistribui. Mas se não houver inovações tecnológicas, conforme a lição de Schumpeter, se não houver evolução demográfica positiva, com mais gente a comprar, e se não houver investimentos, o esquema de

⁸ Bernard Lonergan, *For a New Political Economy*, 118.

⁹ Michael Kalecki (1933) [1990]: *An Essay on the Theory of the Business Cycle in Collected Works of Michael Kalecki* (vol I), Oxford University Press, 1990 pp. 79-80.

recorrência entra em declínio. Como demonstra Lonergan em *Insight*, o nosso desejo irrestrito de conhecer exprime-se, na atividade económica, em inovações que elevam o padrão de vida.

Com o mercado de base, a economia fornece um padrão de vida em que consumimos bens e serviços; com o circuito de mais-valia, a economia investe em tecnologias que ampliam os meios de produção e permitem elevar padrão de vida. Por isso investimos em educação e saúde, e procuramos *a mente sã em corpo são*, como capital humano, sem o qual se tornam vãos outros progressos. Os nossos padrões de civilização exigem que a sociedade coloque os jovens num circuito de mais-valia – o sistema de educação – para que, no futuro, a sociedade colha no mercado de trabalho os benefícios resultantes das competências aprendidas. A sociedade apoia sistemas de saúde que são circuitos de mais-valia para que todos se integrem na sociedade de modo saudável. Retiramos tempo ao emprego, ou ao “tempo livre”, para ter formação e a fim de melhorar o padrão de vida.

A expansão do circuito básico melhora o padrão de vida. A expansão do circuito de mais-valia amplia a formação de capital para sustentar padrões de vida mais elevados e com maiores consumos de bens e serviços. A expansão da mais-valia depende dos investimentos em tecnologia e em capital humano, das políticas públicas de ciência, educação e saúde. Mas à medida que se desenvolvem os investimentos em capital, a expansão da mais-valia torna-se cada vez mais complexa e os rendimentos tornam-se decrescentes.

Suponhamos que, na época das manufaturas, um curtidor usa uma faca para cortar as peles de um animal de molde a produzir um ‘casaco’ de couro. Um animal permite produzir uma só peça de vestuário, mas a faca é usada repetidamente. Com a faca disponível, aumenta a eficiência da produção. A inovação tecnológica é parte da economia. A manufatura de facas tornou-se mais-valia para o circuito básico de produção que produz e vende “peças de vestuário”. A faca melhora o padrão de vida pois, em vez de “capas”, permite fazer “fatos”. A tecnologia de cutelaria fabrica facas para outras tarefas. A revolução industrial cria máquinas para produzir ferramentas e máquinas-ferramentas para fabricar as próprias máquinas. Assim se expande o circuito de mais-valia que fornece o circuito de base, permitindo o aumento exponencial dos padrões de vida.

Segundo Lonergan, a incompreensão dos esquemas de recorrência induz os governantes a medidas inadequadas e a comportamentos imorais. O atual neoliberalismo sem regulação da economia e com a austeridade que corta nas políticas públicas de “mente sã em corpo são” é um exemplo da incompreensão da economia, que dá azo à ganância dos agentes

económicos que se escondem atrás das “mãos invisíveis” das grandes empresas; o resultado é a espiral recessiva.

O investimento em novas fontes de energia, em novas tecnologias, e novos conhecimentos científicos permite uma expansão crescente do circuito de mais-valia. A complexidade de investimento de capital no circuito de mais-valia da produção industrial, exige muito tempo até se repercutir no circuito básico. As somas de dinheiro necessárias são grandes; podem passar anos antes de os bens serem vendidos nos mercados. Para que a sociedade partilhe dos benefícios das invenções científicas e inovações tecnológicas, é preciso assumir o risco de investir. Historicamente, os empresários investiram no que se chama a expansão da mais-valia, como Schumpeter deixou claro.

É importante analisar o empreendedorismo, para compreendermos o lucro. *Captar recursos para a expansão da mais-valia não oferece grandes problemas. O desejo de lucro espicaça o investimento. Há sempre empresários, banqueiros, engenheiros, inventores e trabalhadores dispostos a dar esse passo que se irá repercutir no aumento do padrão de vida de toda a sociedade.*¹⁰ O lucro corresponde a um valor económico não igualitário, decorrente do assumir riscos de investimento na expansão do mercado de mais-valia. Assumir riscos de investimento é capitalismo, e aumenta o aproveitamento das possibilidades de uma ordem emergente. O valor igualitário requer que tal mudança tenha efeitos para toda a sociedade; assim, a mudança movida pela desigualdade pode criar uma “mudança igualitária” que resultará da plena expansão do circuito básico dentro de um ciclo económico; isso permitirá oferecer mais bens e serviços para todos. Os valores económicos para promover a expansão da mais-valia são “poupança e risco”; os valores para expandir o circuito básico serão “benevolência e empreendedorismo”. Mas qualquer deles tem de ser aplicado tendo em conta a fase do ciclo económico, sendo que a aplicação pode ser pró ou contracíclica.

A distinção entre o circuito de mais-valia e o circuito de base tem de ser situada nas fases do ciclo económico. O investimento no circuito de mais-valia aumenta a eficiência da produção. O investimento no circuito básico cria aumento dos salários e queda dos preços. Mas onde governantes e economistas erram muitas vezes – com consequências nefastas para a economia – é em presumir que a taxa de lucro apropriada aos riscos de investimento no circuito de mais-valia se aplica ao investimento na expansão do circuito de base. Não se aplica. Vender bens não transacionáveis é mais

¹⁰ Bernard Lonergan, (1999) *Macroeconomic dynamics: an essay in circulation analysis*, University of Toronto Press, p. 82.

fácil do que vender bens transacionáveis. Criar uma fábrica é mais difícil do que construir cadeias de supermercados. Uma coisa é ter o lucro como motivo para arriscar um investimento, outra coisa é o lucro tornar-se em critério da atividade económica. O lucro como motivo impulsiona a economia, mas o lucro como critério pode degradá-la. Ter fins lucrativos como motivo para investir em novas tecnologias é uma coisa positiva; lançar-se no empreendedorismo tendo como critério o desejo de lucro com baixo risco no investimento, é negativo. Além disso, se pretendemos generalizar os benefícios da nova tecnologia a novos consumidores no circuito básico, mas continuamos a esperar níveis de lucro que motiva uma mais-valia de expansão, enganamo-nos e, mais cedo ou mais tarde, vem a recessão.

A queda começa quando os prestadores de investimento de baixo risco na expansão do circuito básico acham que não vão obter os lucros projetados e usam essa conclusão para encerrar as operações. Os resultados são catastróficos, sejam os operadores públicos ou privados. Se for o Estado, começa a cortar nas despesas de investimento, a não fazer mais estradas, portos, redes de energia, a cortar nas despesas de manutenção de equipamentos, a diminuir os custos com saúde, educação, cultura. Se forem as grandes empresas que vendem bens não transacionáveis, começam a procurar receitas através de favores políticos, a desinvestir na economia local, a aumentar as faturas dos produtos.

Se quisermos maximizar o padrão de vida dentro das possibilidades de uma fase do ciclo económico, temos que ter razões económicas para alterar as expectativas sobre os lucros que habitualmente acompanham o investimento na expansão de base. O “lucro” deve ser encarado como um dividendo social produzido pela expansão económica do circuito de mais-valia. Em segundo lugar, a fim de evitar o colapso que se segue ao crescimento explosivo, temos de aprender a gerir a distribuição do dividendo ao longo dos ciclos da economia. O lucro normal é sempre desejável mas o lucro excedente deve ser considerado dividendo social. “*Não é dinheiro para ser gasto. Não é dinheiro para ser poupado. É dinheiro para ser investido...*”¹¹. Tal como Keynes, Lonergan pede investimentos públicos.¹²

Em termos contabilísticos, o lucro é o excedente do que foi recebido sobre o que foi pago. Quando se começa a falar que os lucros de uma empresa são “excessivos” esta definição induz os assalariados a exigir salários

¹¹ Bernard Lonergan, *Macroeconomic Dynamics: An Essay in Circulation Analysis*, (1999), pp. 80-82.

¹² J. M., Keynes, 1961, *The General Theory of Employment, Interest, and Money*, London: MacMillan & Co. Ltd, p. 325.

mais elevados, quando deveria ser a administração a reduzir os preços dos produtos. Mas Lonergan tem uma outra maneira de encarar o lucro sem ser de modo contabilístico. O lucro é um dividendo social que, em fases específicas do ciclo económico, fica disponível para investir na melhoria do nível de vida da população. Neste sentido, o dividendo social corresponde a um rendimento de mais-valia, ou seja, acima do necessário para o consumo e para substituição. Todas as organizações necessitam dele. O rendimento puro de mais-valia é o que sobra após descontados os lucros normais. Pode ser visto como a poupança líquida agregada, ou seja, o dinheiro disponível para a economia que não precisa ser gasto para manter o padrão de vida corrente.

Os fenómenos aqui referidos pelo termo rendimento puro de mais-valia são bem conhecidos. Os empresários sabem muito bem que há ciclos de prosperidade em que até um incompetente pode ter lucros; e outros períodos onde até os mais brilhantes e prudentes ficam encostados à parede. Na fase da economia capitalista até ao século xx em que o empresário era também o proprietário e gerente da empresa, o rendimento puro de mais-valia coincidia aproximadamente com o lucro. Na economia atual, com a enorme especialização de funções, o rendimento de mais-valia puro é distribuído de várias maneiras: entra nos salários dos dirigentes executivos das empresas; nos bónus dos administradores, nos lucros não distribuídos, em reservas confidenciais criadas em bancos, em *royalties*, rendas, juros, receitas, e dividendos dos que recebem um rendimento maior do que tencionam gastar no mercado básico. É aqui que nos cruzamos com a condenação moral de lucros especulativos, bónus excessivos, e salários exagerados. Mas independentemente de condenar os gananciosos, Lonergan apela a uma economia equitativa.

O dinheiro circula com distorções e desvios criadores de desigualdades.¹³ A lavagem de dinheiro através das fronteiras foi explicada por Raymond Baker e Eva Joly. A partir de década de 60 as elites dos novos países descolonizados queriam colocar o dinheiro a salvo, e o Ocidente facilitou essa fuga de capitais para paraísos fiscais. Além disso, as empresas multinacionais ampliaram a presença em todo o mundo, utilizando técnicas fiscais agressivas e evasivas. As principais técnicas para lavar o dinheiro são os paraísos fiscais, as jurisdições sigilosas, e as empresas disfarçadas, que

¹³ Desde o Relatório de 2007, o FMI reconheceu, a conexão entre um processo de globalização não governado e as acentuadas desigualdades a nível mundial. *Annual Report 2007*, págs. 8 ss.

continuam a ser prerrogativa de países ocidentais como a Suíça, Reino Unido, Luxemburgo, Caraíbas, EUA e Singapura.¹⁴

A concorrência é brutal. As empresas trabalham para manter os lucros e os preços das ações, e para que os acionistas não vendam as ações. Os países emergentes, como a China, a Índia, a Rússia e o Brasil, vieram juntar-se aos Estados Unidos e à União Europeia. A crescente procura mundial de recursos aumenta os custos das matérias-primas – petróleo, cereais, minérios – cujos preços mais elevados provocam a queda dos padrões de vida dos países importadores. As nações competem na economia global para vender produtos através do comércio internacional, para proteger as suas produções da concorrência, para assegurar melhores termos de troca aos cidadãos e empresas... Branko Milanovic aponta que os países mais desenvolvidos tendem a ter menor nível de desigualdade a longo prazo; pelo contrário, *a maior desgraça dos países pobres é estarem condenados a produzir ricos mas não riqueza*, na frase de Mia Couto. Sendo o coeficiente de Gini o principal indicador de desigualdade de renda, Milanovic propõe, para evitar situações de desigualdade extrema, que os países desenvolvidos devem ficar dentro da faixa de 0,25 a 0,35 os países em desenvolvimento entre 0,30 a 0,45.¹⁵

Além dos fluxos financeiros que permitem medir os circuitos de bens de consumo e de bens de produção, existe o circuito de redistribuição que, através de entidades públicas e privadas, lança dinheiro nos mercados básico e de mais-valia. Desde que os Estados desregularam os Bancos Centrais, estes passaram a emitir o dinheiro como sendo neutro, no ciclo puro normativo de crescimento económico. No entanto, o crescimento de liquidez através da emissão de moeda é tudo menos neutro. O circuito de redistribuição funciona através de bancos, sociedades de investimento, empresas multinacionais, fundos financeiros e investidores milionários; todos eles lançam dinheiro nos mercados. As suas ações aceleram ou desaceleram os financiamentos entre os circuitos básico e de mais-valia; no interior das economias nacionais e no comércio internacional empobrecem os elos mais fracos. Na visão lonerganiana, os circuitos de redistribuição de dinheiro acionados pelos mercados financeiros em cumplicidade com governantes gananciosos ou ignorantes não levaram em linha de conta os desequilíbrios instalados nas diversas economias nacionais entre os mercados básico, de mais-valia e financeiro. A injeção constante de liquidez e a miragem do crescimento apenas adensam a crise. O resultado é a recessão.

¹⁴ Raymond Baker, e Eva Joly. “The Issue of Illicit Financial Flows.” *Commentaire Hiver* 2008–2009, 31, n.º 124 (2008a).

¹⁵ Branko Milanovic, *Worlds Apart*, Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.

A análise económica lonerganiana subsiste no meio de controvérsias entre doutrinas económicas. Os keynesianos reconhecem os efeitos das crises sobre a produção, o emprego e a renda, e exigem despesas do Estado para relançar a economia. Os neoliberais resgataram os bancos, e continuam no essencial a querer privatizar os lucros e a socializar as perdas. Os liberais arrependidos recomendam diminuir a austeridade dos governos e resgate das dívidas soberanas. O que todos reconhecem é que os governos não são uma panaceia porque os problemas da economia de mercado são globais e os governos não o são. A Organização Internacional de Comércio com 153 membros e criada em 1995, após a extinção do GATT, opera de modo muito diferente da proposta original de Keynes. A OMC, o Banco Mundial e o FMI têm uma agenda de liberalização do comércio que elimina as taxas sobre bens e serviços, o que reduz a capacidade dos países em desenvolvimento para aumentar a receita pública através da tributação das importações e exportações. A antiglobalista Naomi Klein ataca as práticas das empresas multinacionais e as políticas da OMC e do FMI nos seus dois livros *No Logo* e *The Shock Doctrine*, afirmando que “os salários e padrões de vida estão reféns das multinacionais”. Os países degradam condições laborais e ambientais para atraírem investimento estrangeiro direto. Paul S. Segerstrom considera que os economistas ainda não responderam a estes argumentos antiglobalização.¹⁶

O mito do crescimento permanente, a inovação pela inovação, o ritmo frenético das fusões e aquisições internacionais de empresas, as patologias dos mercados bolsistas, o lucro como critério e não como motivo, os consumos conspícuos, a exploração dos recursos de modo insustentável: todos estes fatores favorecem uma expansão dos bens de produção às custas do mercado básico e da equidade. Quem sustenta que a expansão básica e as fases estacionárias de uma economia são indesejáveis e aberrantes, nem consegue fazer a gestão inteligente dos bens de produção. Para modificar esta atitude, os economistas têm de refletir nas falhas das teorias económicas atuais.

Para que a economia política de Lonergan se torne relevante, é necessário saber ler nas estatísticas que partes de uma economia residem nos circuitos básicos e que partes na de mais-valia. As atuais estatísticas são construídas no pressuposto smithiano de que existe apenas um mercado, desde a produção ao consumo; medem o que o senso comum reconhece como atos de compra e venda. As categorias de Lonergan, apoiadas em

¹⁶ Paul Segerstrom, “Naomi Klein and the Anti-Globalization Movement”, CEPR Discussion Paper n.º 4141. December 2003.

“indicadores bastante convincentes” são analíticas.¹⁷ Precisamos de novas estatísticas para definir novas políticas, sugerir programas relevantes e apoiar intervenções eficazes.

Uma economia equitativa, ou seja, justa para todos dentro dos constrangimentos económicos, tem princípios claros. Em primeiro lugar, a sociedade deve ser servida pelo processo económico e este deve ser servido pelo processo financeiro.¹⁸ É inaceitável a primazia do dinheiro. Como se lê na *Fundamentação da metafísica dos costumes* de Kant, tudo o que tem um preço é o que pode ser substituído por outra coisa. Pelo contrário, o superior a qualquer preço é o que tem um fim em si mesmo e o seu valor intrínseco chama-se dignidade. A pessoa, enquanto portadora de dignidade, cria um mundo de valores, entre os quais se incluem os valores económicos.

Uma segunda condição para uma economia equitativa é aumentar a literacia económica e financeira de modo a que todos os agentes económicos – Governos, Empresas, Pessoas – possam atuar em conformidade com os novos paradigmas. Divulgar esta compreensão é tarefa para o sistema educativo e para os *media*.¹⁹ Mas não é fácil. Além das dificuldades de ordem intelectual, existem os interesses corporativos que exploram situações de predomínio para preservar vantagens. Além disso, estamos condicionados pelos usos disfuncionais do poder por parte da publicidade, das multinacionais, e dos governos. Finalmente, existe a urgência de sobrevivência. O “salve-se quem puder” implica incapacidade de ver a longo prazo.

O mundo atual revela desigualdades crescentes. A era de Bretton Woods já desapareceu. Vivemos num mundo onde predomina o pensamento único e o unilateralismo.²⁰ As atividades financeiras de *private equities* e *hedge funds*, formas desreguladas de investimento de grande risco e altamente especulativas criam uma paisagem financeira cada vez mais selvagem. A estabilidade financeira dos indivíduos está sujeita a *hedgers*, corretores e especuladores. Os pobres não têm garantias, porque não têm a capacidade de ganhar, poupar nem pagar. O preço dos alimentos dispara por causa da turbulência nos mercados de petróleo, e porque o Ocidente tem fome de energia. Este

¹⁷ Bernard Lonergan (1999) *Macroeconomic Dynamics*: p. 72.

¹⁸ Bernard Lonergan, (1998) *For a New Political Economy*, p. 101.

¹⁹ Bernard Lonergan, (1993) *Topics in Education* University of Toronto Press.

²⁰ Martin Wolf, *Why Globalization Works*, 2004. Susan George é autora de *The Lugano Report* (2001) e *Another World is Possible If*. London and Brooklyn: Verso Books, 2004. Aqui define globalização como “the freedom for my group of companies to invest where it wants when it wants; to produce what it wants, to buy and sell where it wants and to support the fewest restrictions possible coming from labour laws or social conventions”.

mundo baseado na maximização do lucro económico, e num capitalismo extremo liderado pelos mais ricos, deixa a equidade para trás e remete os pobres para a atividade filantrópica

A filosofia económica de Bernard Lonergan adverte que é a hora de mudar o rumo deste capitalismo. Que precisa de mais regulamentação. De instituições acima dos mercados. De proteger os mais vulneráveis com esquemas de redistribuição. Os investidores começam a olhar para o retorno social dos seus investimentos e a calcular os danos colaterais de alguns investimentos que trazem calamidades a longo prazo. Os consumidores começam a discriminar entre produtos, e punir os fabricantes que não são éticos, premiando os que cumprem normas internacionais. Estas normas devem definir uma agenda ambiciosa de respeito pela pessoa humana e o meio ambiente. Mas a tendência tem de ser acelerada até que governantes, empresários e investidores fiquem conscientes dos malefícios da desigualdade. A mudança está nas nossas mãos.²¹

A trajetória incomum de Lonergan, um filósofo e um teólogo que também era um cientista económico, permitiu-lhe distanciamento perante o mundo económico. Quem está “fora da caixa”, mais facilmente faz a diferença, cria uma abordagem multidisciplinar e oferece uma alternativa à arquitetura económica atual.

Quanto ao modo como os valores éticos estão presentes na realidade económica, Lonergan usou a noção de “cosmópole” para transpor o processo normativo de mudança do nível institucional para o nível ético e cultural.²² Um processo normativo depende do desenvolvimento da informação, do conhecimento e da sabedoria. E tudo isto é gerado pelo desenvolvimento cultural que, por sua vez, é construído sobre a “segurança e lazer gerados pela evolução tecnológica, económica, e o progresso económico e político”.²³ A cosmópole pede a todos que “ridicularizem, expludam, destruam mitos e ilusões criadas por elites económicas e políticas dominantes”.²⁴ O seu papel é criticar a ganância e a ignorância de políticos e banqueiros, assim como de indivíduos e grupos cujas ações ou omissões destroem os bens públicos e reduzem a política a um jogo de interesses.

²¹ Bernard Lonergan, *Macroeconomic Dynamics: An Essay in Circulation Analysis*, 3-5.

²² Bernard Lonergan, *Insight: A Theory of Understanding* (Toronto: University of Toronto Press 1992) 262-263, 619-620.

²³ *Ibid.* 558-559.

²⁴ Ronald Biener, *What is the Matter With Liberalism? and Liberalism, Nationalism, Citizenship: Essays in the Problem of Political Community* citado em Eileen De Neeve, *Decoding the Economy: Understanding Change With Bernard Lonergan*, 137, 171.

As escolhas são limitadas e a economia, tal como a política, é a arte do possível. A cosmópole, como processo normativo, supera o pensamento do século XIX; dos liberais que acreditavam num mecanismo económico que garantiria o progresso; e da filosofia social de Marx que considerava que industrialização traria a desintegração social. Deixa para trás determinismos e ideologias. Mas uma classe política precisa sempre de uma eutopia, assente numa compreensão universalista dos valores. Esses valores proclamados nos direitos universais enraizam-se numa cultura do respeito. Lutar por eles é contribuir para a realização de um mundo com dignidade humana.

Eu acredito pertencer a uma geração que tem de levar avante uma nova perspectiva da política; uma perspectiva de cidadania que, emergindo das raízes de um povo, se erga contra o comportamento imoral e ignorante dos irresponsáveis que nos governam. Olho em redor e sinto-me moralmente obrigado a dar testemunho e a reagir. É minha responsabilidade divulgar o meu conhecimento, porque é minha convicção que ele me foi dado para despertar realizações urgentes.²⁵ Por isso creio que a nova economia política de Bernard Lonergan é um instrumento para um mundo melhor e nos permite focar o “único necessário” e concentrarmo-nos no bem-estar de todos.²⁶

²⁵ Bernard Lonergan, *Topics in Education: The Cincinnati Lectures of 1959 on the Philosophy of Education*, edited by Robert M. Doran and Frederick E. Crowe (Toronto: The University of Toronto Press, 1993) 60-61; *For a New Political Economy*, 34-35.

²⁶ Stephen Martin, (2008) *Healing and creativity in economics (...)* University Press of America.